



Aprovo

O Secretário-Geral Adjunto do MDN

Rui Alves Francisco

Comodoro

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

CONSULTA PRÉVIA

PROCEDIMENTO N.º 341/AP-UMC/2025

CPV - 48000000-8 - Pacotes de software e sistemas de informação

**Aquisição e Renovação de Licenças de Aplicações *Adobe* para a Secretaria-Geral do
Ministério da Defesa Nacional (SGMDN), em 2025 (12 meses)**

CADERNO DE ENCARGOS



Índice:

INTRODUÇÃO	6
Enquadramento	6
PARTE I	7
CLÁUSULAS JURÍDICAS	7
Capítulo I	7
Disposições gerais	7
1.ª Cláusula	7
Entidade Adjudicante	7
2.ª Cláusula	7
Objeto	7
3.ª Cláusula	7
Local de Fornecimento dos Bens	7
4.ª Cláusula	8
Forma e documentos contratuais	8
5.ª Cláusula	8
Prazo e Vigência do Contrato	8
Capítulo II	9
Obrigações contratuais	9
SECÇÃO I	9
Obrigações do adjudicatário	9
6.ª Cláusula	9
Obrigações principais do adjudicatário	9
7.ª Cláusula	10
Obrigações específicas do adjudicatário	10
8.ª Cláusula	11
Forma da prestação de serviço ou fornecimento de bens	11
9.ª Cláusula	11
Segurança, higiene e saúde no trabalho	11
10.ª Cláusula	12



Dever de sigilo.....	12
11.ª Cláusula	12
Confidencialidade	12
12.ª Cláusula	13
Proteção de dados pessoais	13
13.ª Cláusula	14
Conflito de interesses e imparcialidade	14
SECÇÃO II.....	15
Obrigações da SGMDN.....	15
14.ª Cláusula	15
Gestor do contrato	15
15.ª Cláusula	15
Preço contratual	15
16.ª Cláusula	15
Preço base.....	15
17.ª Cláusula	15
Condições de pagamento.....	15
18.ª Cláusula	16
Revisão de preços	16
Capítulo III.....	16
Penalidades e Resolução	16
19.ª Cláusula	16
Força maior.....	16
20.ª Cláusula	17
Sanção por incumprimento	17
21.ª Cláusula	18
Resolução por parte da Entidade Adjudicante	18
22.ª Cláusula	18
Resolução por parte do prestador de serviços.....	18



23.ª Cláusula	18
Resolução por parte do adjudicatário	18
24.ª Cláusula	18
Subcontratação e Cessão da Posição Contratual	18
Capítulo IV	19
Caução e Seguros	19
25.ª Cláusula	19
Caução	19
26.ª Cláusula	19
Seguros.....	19
27.ª Cláusula	19
Patentes, Licenças e Marcas registadas	19
Capítulo V.....	20
Disposições finais	20
28.ª Cláusula	20
Comunicações e notificações	20
29.ª Cláusula	20
Transição dos serviços objeto do contrato	20
30.ª Cláusula	20
Contagem dos prazos	20
31.ª Cláusula	21
Regime Contraordenacional	21
32.ª Cláusula	21
Foro competente.....	21
33.ª Cláusula	21
Legislação aplicável.....	21
PARTE II	22
CLÁUSULAS TÉCNICAS	22
34.ª Cláusula	22



Especificações Técnicas.....	22
Capítulo 1	22
1. Aquisição de licenças:.....	22
Capítulo 2.....	22
2. Organização dos Requisitos	22
Capítulo 3.....	23
3. Requisitos:	23
3.1. Funcionais	23
3.2. Governação	23



INTRODUÇÃO

Enquadramento

Em 2017 foram adquiridas licenças de *software* da *Adobe Creative Cloud* para proporcionar a produtividade necessárias à produção de um trabalho de qualidade das equipas de design, audiovisual e multimédia, da Direção de Serviços de Comunicações e Relações-Públicas (DSCR) da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN).

Anualmente existe a necessidade de garantir a disponibilização de licenças de suporte a processos de desmaterialização de processos para outras entidades, que também se incorporam neste procedimento.



PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

1.ª Cláusula

Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é o Estado através da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, abreviadamente designada por SGMDN, pessoa coletiva número 600 032 205.
2. O presente procedimento será conduzido pela sua Unidade Ministerial de Compras, sita na Avenida Ilha da Madeira, n.º 1 -3.º Piso, 1400-204 Lisboa, com endereço de correio eletrónico umcompras.mdn@defesa.pt

2.ª Cláusula

Objeto

1. O presente procedimento pré-contratual tem por objeto a Aquisição de licenças de aplicações de criatividade e design para a SGMDN.
2. Na 34.ª Cláusula, do presente caderno de encargos, encontram-se apuradas as necessidades e as especificações técnicas referentes à aquisição de licenças de aplicações de criatividade e design.

3.ª Cláusula

Local de Fornecimento dos Bens

Os bens objeto do presente procedimento, deverão ser entregues nas instalações da Direção de Serviços do Centro de Dados da Defesa (DSCDD) da SGMDN ou disponibilizados remotamente.



4.ª Cláusula

Forma e documentos contratuais

1. O contrato não será reduzido a escrito, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - Os suprimientos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - O presente caderno de encargos;
 - A proposta adjudicada; e
 - Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5.ª Cláusula

Prazo e Vigência do Contrato

O fornecimento dos bens objeto do presente procedimento deverá ocorrer num prazo não superior a 30 dias após a data da notificação da sua adjudicação.

O contrato vigorará a partir da data da notificação da aceitação da entrega dos documentos de habilitação solicitados na referida adjudicação, e termina a sua vigência 12 meses após a disponibilização das aplicações, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.



Capítulo II

Obrigações contratuais

SECÇÃO I

Obrigações do adjudicatário

6.ª Cláusula

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações:

1. Obriga-se a cumprir rigorosamente e pontualmente o que consta do presente caderno de encargos, devendo as ações previstas ser executadas de acordo com o estabelecido no mesmo, de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Obriga-se a prestar os serviços contratados, nos termos das disposições do presente Caderno de Encargos e da legislação aplicável a estas atividades.
3. Recorrer a todos os meios humanos, equipamentos e meios materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, designadamente ao fornecimento de mão-de-obra, materiais, máquinas e utensílios, fardamentos, encargos sociais e seguro de acidentes de trabalho dos colaboradores afetos à prestação, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Nomear um gestor responsável pelo acompanhamento da execução do contrato a celebrar por via do presente procedimento, e comunicar à entidade adjudicante a identidade do mesmo, bem como, quaisquer alterações relativas à sua nomeação, sendo que ao gestor em causa cabe desempenhar o papel de interlocutor com a entidade adjudicante;
5. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal por si utilizado na execução dos trabalhos, à sua aptidão profissional, à disciplina, à sua conduta, ao seu comportamento moral e à sua responsabilidade civil.
6. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a execução do contrato ou o cumprimento



de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Entidade Adjudicante.

7. Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no caderno de encargos.
8. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização da entidade adjudicante.
9. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, particularmente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
10. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

7.ª Cláusula

Obrigações específicas do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar os trabalhos de acordo com as normas e os princípios de qualidade pertinentes, bem como com as regras técnicas, a avaliar segundo o critério da melhor prática profissional.
2. Obrigação de manutenção de vínculos laborais adequados com o seu pessoal e ao cumprimento de todas as convenções coletivas de trabalho relevantes na área dos serviços objeto do presente concurso.
3. Assegurar o cumprimento rigoroso dos horários de prestação do serviço.
4. O adjudicatário obriga-se a substituir qualquer recurso humano utilizado, a solicitação da entidade adjudicante, com fundamento na inadequação para o trabalho a desenvolver.
5. Manter a disciplina e boa apresentação do seu pessoal.
6. Respeitar toda a legislação em vigor, na parte em que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre salários mínimos, horários de trabalho, saúde higiene e segurança no trabalho, procedendo à afixação dos respetivos mapas, segurança e responsabilidade de trabalho, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.
7. Assunção da responsabilidade de possíveis danos ou extravios, em bens ou pessoas, provocados pelo pessoal ao seu serviço
8. Utilizar corretamente as instalações e equipamentos que lhe forem confiados não lhes dando uso diferente dos que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização e/ou



funcionamento, bem como, e em especial as regras de segurança aplicáveis, e procedendo com brevidade as reparações que lhe forem devidas.

9. Devolver os bens que tenham sido confiados em perfeito estado de conservação, descontada a deterioração correspondente a uma prudente utilização, após o termo do contrato.
10. Obrigação de dispor de apólices de seguro contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal, que apresentará à entidade adjudicante, antes do início da prestação de serviços e, posteriormente, sempre que o exijam.

8.ª Cláusula

Forma da prestação de serviço ou fornecimento de bens

1. Para acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário fica obrigado a realizar, caso seja solicitado, reuniões de coordenação com o gestor do contrato da entidade adjudicante.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte da entidade adjudicante, a qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

9.ª Cláusula

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado nesta prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.
2. O adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e segurança do pessoal empregado nesta prestação de serviços e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. O adjudicatário apresentará, antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que entidade adjudicante o exija, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal.
4. Das apólices constará uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da prestação de serviços e ainda que, em caso de impossibilidade de tal cumprir por denegação no decurso desse prazo, a sua validade só terminará 30 dias depois de ter feito à entidade adjudicante a respetiva comunicação.



5. O adjudicatário deverá respeitar o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente no que respeita à coordenação em matéria de segurança e saúde. Se o prestador de serviços não der cumprimento ao disposto na referida legislação a entidade adjudicante tem o direito de rescindir o contrato.

10.ª Cláusula

Dever de sigilo

1. O adjudicatário e todos os elementos da sua equipa de trabalho devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, que lhe seja fornecida ou a que tenha acesso, relativa à execução do contrato ou em conexão com o mesmo, perdurando o dever de sigilo após a cessação do contrato seja qual for a causa desta.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. A obrigação a que se refere o presente artigo é aplicável a todos os colaboradores do adjudicatário, independentemente do vínculo existente, e mantém-se após o termo do contrato.

11.ª Cláusula

Confidencialidade

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as partes comprometem-se a não divulgar, durante e após a execução do contrato, quaisquer informações que obtenham no seu âmbito, designadamente as relativas à outra parte ou aos seus interesses e negócios.
2. Todas as informações relativas a elementos constantes dos trabalhos referidos nas cláusulas técnicas ou relacionadas com a atividade da entidade adjudicante que sejam fornecidas ao adjudicatário ou a quaisquer dos seus empregados ou colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual, serão, salvo indicação expressa e escrita, em contrário, consideradas confidenciais, não podendo ser divulgadas e/ou usadas para fins diferentes daqueles a que se destinam ou cedidas a terceiros, ainda que para fins meramente estatísticos ou de estudo.



3. As partes só podem divulgar informações referidas no número anterior na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou do estritamente necessário ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.
4. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
5. As partes devem ainda limitar o acesso às informações confidenciais aos seus quadros e funcionários que a elas tenham de recorrer para a correta execução do contrato, assegurando que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade.
6. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos da prestação de serviços objeto deste Caderno de Encargos.
7. Os deveres referidos nos números anteriores abrangem igualmente as entidades subcontratadas pelo adjudicatário e a equipa técnica a afetar à presente prestação.
8. O adjudicatário obriga-se a comunicar à entidade adjudicante, mencionando a descrição do perfil profissional e a identificação da(s) pessoa(s) que, sem prejuízo da responsabilidade própria da empresa, estão autorizadas a estabelecer relações com o Ministério da Defesa Nacional para efeito da execução do contrato.

12.ª Cláusula

Proteção de dados pessoais

1. No âmbito da prestação de serviços, na medida em que tenha acesso a dados pessoais da responsabilidade da entidade abrangida pela prestação de serviços, o adjudicatário compromete-se a cumprir todas as disposições legais vigentes em matéria de proteção de dados pessoais e a responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos decorrentes do incumprimento das obrigações de confidencialidade e proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do Contrato, comprometendo-se ainda ao seguinte:
 - a. Cumprir rigorosamente as instruções da Entidade Adjudicante no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais;



- b. Tratar os dados pessoais de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa-fé, utilizando-os exclusivamente para as finalidades a que se reporta o Contrato, não podendo ser posteriormente acedidos nem tratados de forma incompatível com tais finalidades;
 - c. Implementar as medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - d. Comunicar de imediato à entidade adjudicante quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
3. O adjudicatário obriga-se a manter os dados pessoais estritamente confidenciais, sendo responsável pela confidencialidade e utilização dos dados pessoais por parte dos respetivos trabalhadores, outros colaboradores ou subcontratados.
4. Se quaisquer dados se perderem ou forem danificados no âmbito da execução do Contrato, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as medidas que forem necessárias com vista à recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para a entidade adjudicante.
5. O adjudicatário obriga-se a ressarcir a entidade adjudicante por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita dos dados referidos, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13.ª Cláusula

Conflito de interesses e imparcialidade

O adjudicatário obriga-se a:

- a) Tomar todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito com os interesses da entidade adjudicante;
- b) Não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a entidade adjudicante ou para os seus direitos e interesses;
- c) Suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou



responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da entidade adjudicante, quando tenham sido criados ou causados pelo adjudicatário ou por qualquer dos seus subcontratados.

SECÇÃO II

Obrigações da SGMDN

14.ª Cláusula

Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290º-A do CCP, será nomeado pela Entidade Adjudicante o gestor de contrato, que terá as seguintes funções:
 - Acompanhar a execução do contrato em cada instalação;
 - Assegurar o acompanhamento contínuo da qualidade do serviço ou fornecimento dos bens.

15.ª Cláusula

Preço contratual

1. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SGMDN deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos para os locais previstos no artigo 2.º do presente caderno de encargos.

16.ª Cláusula

Preço base

O preço base do presente procedimento é de **9.807,00 €** (nove mil, oitocentos e sete euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

17.ª Cláusula

Condições de pagamento

1. A faturação é efetuada nos seguintes termos:



2. As quantias devidas pelo fornecimento das referidas licenças de *software* devem ser pagas pela entidade adjudicante no prazo máximo de 30 (trinta) dias após validação das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a execução da prestação correspondente, e onde se encontre necessariamente inscrito, sob pena de nulidade, o número de compromisso válido e sequencial.
3. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o Caderno de Encargos.
4. Na situação indicada no número anterior, a entidade adjudicante comunicará à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas devem conter o detalhe das tarefas subjacentes aos valores em causa, nomeadamente os recursos envolvidos e as horas.
6. Não são admitidos adiantamentos de preços por conta de prestações a realizar.

18.ª Cláusula

Revisão de preços

1. De acordo com o artigo 300.º do CCP, não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do contrato.
2. Para efeitos do previsto no número anterior, será da inteira responsabilidade dos concorrentes estimarem os eventuais aumentos que possam ocorrer, nomeadamente a taxa de aumentos em matéria salarial, e fazer repercutir esses custos nas suas propostas.

Capítulo III

Penalidades e Resolução

19.ª Cláusula

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não



pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, devendo o prestador de serviços informar, ainda, da duração previsível do incumprimento.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

20.ª Cláusula

Sanção por incumprimento

1. O incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma multa pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos dos números seguintes.
2. Pelo incumprimento das condições do fornecimento dos bens e serviços, no âmbito da cláusula 34.ª, capítulo 3, requisitos funcionais (rFun.01.02) definidos no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o correspondente a 1% (um por cento) por cada incumprimento do serviço de assistência técnica, não podendo, no total, exceder 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
3. Na aplicação das sanções contratuais observar-se-á o disposto no artigo 329.º do CCP.
4. O montante das penalizações poderá, por opção da entidade adjudicante, ser-lhe pago ou deduzido da quantia total devida ao adjudicatário.
5. Sempre que o adjudicatário não cumprir qualquer dos deveres a que se encontra vinculado, por razões imputáveis à entidade adjudicante, e que sejam por esta aceites como justificativos do incumprimento, não serão aplicadas as penalizações a que estaria obrigado em caso de incumprimento a si imputável.
6. A comunicação por escrito das razões imputáveis à entidade adjudicante, por parte do adjudicatário, será efetuada no prazo de 48 horas após a respetiva verificação.



21.ª Cláusula

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. O incumprimento dos deveres resultantes do contrato ou a prossecução deficiente do seu objeto por parte do adjudicatário constituirá fundamento de resolução imediata por parte da entidade adjudicante, sem que o adjudicatário tenha direito a qualquer indemnização.
2. O exercício do direito de resolução não prejudica o dever de indemnizar a entidade adjudicante pelos eventuais prejuízos resultantes das situações previstas no número anterior.
3. A resolução do contrato é notificada por correio registado e com aviso de receção, produzindo efeitos a partir da data da respetiva notificação.
4. A cessação dos efeitos do contrato não prejudicará a verificação de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação objeto do presente procedimento.
5. Em caso de resolução ou suspensão do contrato, por qualquer título, o adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da entidade adjudicante.

22.ª Cláusula

Resolução por parte do prestador de serviços

O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º do CCP.

23.ª Cláusula

Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato por incumprimento grave e reiterado das obrigações contratuais por parte da entidade adjudicante, desde que tal incumprimento seja a esta imputável, devendo notificar previamente a entidade adjudicante do motivo da resolução, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do conhecimento do facto, e dando-lhe um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias úteis para sanar tal procedimento.

24.ª Cláusula

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

1. O adjudicatário não pode subcontratar, nem ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:



- a) Ser apresentada pelo eventual cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário, nos termos do Caderno de Encargos;
- b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o eventual cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Capítulo IV

Caução e Seguros

25.ª Cláusula

Caução

Não será exigida a prestação de caução, nos termos da alínea a), do nº 2, do artigo 88.º do CCP.

26.ª Cláusula

Seguros

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar a prestação do serviço objeto do presente contrato.
2. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura através de contratos de seguro dos seguintes riscos:
 - a. Acidente em serviço para os recursos humanos envolvidos na prestação de serviços, independentemente do vínculo jurídico que com eles tenha, nos termos da lei em vigor;
 - b. Responsabilidade civil;
 - c. De um modo geral os seguros que, nas circunstâncias da prestação do objeto do presente contrato, sejam obrigatórios por lei.
3. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo máximo de dez dias.

27.ª Cláusula

Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.



2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido quaisquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário fica, desde logo, obrigado a indemnizá-la por todas as despesas que venham a resultar da referida demanda.

Capítulo V

Disposições finais

28.ª Cláusula

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio eletrónico ou correio registado, remetidas à Secretaria-Geral do MDN, situada na seguinte morada, Av. Ilha da Madeira, n.º 1, 3.º Piso, 1400-204 Lisboa.
2. As faturas deverão ser enviadas em formato digital através do Portal da Fatura Eletrónica na Administração Pública, ou para o endereço secretaria.geral@defesa.pt.
3. Em alternativa ao envio em formato digital as faturas, desde que legalmente admissíveis, poderão ser remetidas à Secretaria-Geral do MDN, por correio registado.

29.ª Cláusula

Transição dos serviços objeto do contrato

Em caso de extinção do contrato a celebrar por via do presente procedimento, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto dos contratos para terceiros, designados pela entidade adjudicante, de modo que se garanta a continuidade dos serviços sem perturbação, e que a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

30.ª Cláusula

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



31.ª Cláusula

Regime Contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas no artigo 19.º do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no artigo 456º, contraordenações graves as previstas no artigo 457º e contraordenações simples as previstas no artigo 458º, do CCP.

32.ª Cláusula

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

33.ª Cláusula

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos.



PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

34.^a Cláusula

Especificações Técnicas

Capítulo 1

1. Aquisição de licenças:

Produto	N.º de Licenças
<i>Adobe Creative Cloud ou equivalente</i>	6
<i>Photoshop CC ou equivalente</i>	8
<i>Acrobat Pro DC ou equivalente</i>	13

TABELA 1 - AQUISIÇÃO DE LICENÇAS

Capítulo 2

2. Organização dos Requisitos

Os requisitos estão organizados da seguinte forma:

Id	Designação	Observações	Parágrafo
rFun	Requisitos Funcionais	Requisitos relacionados com os serviços e produtos a fornecer para garantir a instalação do <i>software</i>	3.1
rGov	Requisitos de Governação	Requisitos relacionados com a forma de relacionamento entre a entidade contratante e a entidade fornecedora	3.2

TABELA 2 - ORGANIZAÇÃO DOS REQUISITOS



Capítulo 3

3. Requisitos:

3.1. Funcionais

[rFun-01] Modalidade de acesso ao suporte:

[rFun-01.01] Os meios a considerar para acesso ao suporte deverão ser via website, correio eletrónico ou contacto telefónico, caso os dois primeiros se encontrem indisponíveis, embora o canal privilegiado para criação de incidentes ou pedidos de serviço seja efetuado através do endereço de correio eletrónico servicedesk@defesa.pt.

[rFun-01.02] O acesso à assistência técnica deverá ser garantido 24/7.

[rFun-02] Deverá ser assegurada a disponibilização de versões atualizadas.

3.2. Governação

[rGov-01] Todos os assuntos respeitantes aos serviços de suporte deverão ter como único interlocutor a Direção de Serviços do Centro de Dados da Defesa da SGMDN.